

ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR ACIONADAS POR MULHERES NEGRAS COTISTAS NO IFRJ- CAMPUS DUQUE DE CAXIAS

Larissa Fernandes Pereira

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), larissafpereira24@gmail.com;

Orientadora Giovanna Marafon

Professora orientadora: Pós-doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC- Rio, Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), giovannamarafon@gmail.com.

Resumo

A reserva de vagas no ensino superior para negros/as no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ- *campus* Duque de Caxias) foi garantida pela lei federal nº 12.711/2012. Contudo, a democratização do ensino superior ainda não ocorre, pois há grande evasão dos alunos/as negros/as. Deve ser considerado também que cursos de licenciatura possuem alta taxa de evasão. Portanto, o objetivo desse trabalho é analisar estratégias de permanência elaboradas por mulheres negras que ingressaram por meio de cotas raciais, estudaram em escola pública no ensino médio, cursaram pré-vestibular social, residem na Baixada Fluminense e que estavam matriculadas no ano de 2019 no curso de licenciatura em Química do IFRJ- *campus* Duque de Caxias. O referencial teórico é preferencialmente de autores/as negros/as que versem sobre racismo, permanência e evasão no ensino superior, cotas raciais e feminismo negro. Foram feitas seis entrevistas semiestruturadas. As análises valerem-se da

interseccionalidade como uma *sensibilidade analítica* por conta dos cruzamentos dos marcadores de opressão: raça, gênero, classe e território na vida das entrevistadas. Algumas estratégias de permanência citadas foram: participação em projetos de pesquisa, recebimento de bolsa, as aulas no geral, proximidade do *campus* à residência, relação próxima entre professor/a(s) e aluna, disciplinas no início do curso que promovem contato com a sala de aula, incentivo da família e o próprio *campus* do instituto pela proposta do curso. Compreender essas estratégias é importante para que políticas públicas de permanência possam ser implementadas de forma eficaz.

Palavras-chave: Mulheres negras, Cotas raciais, Permanência, Ensino Superior, Interseccionalidade.

Introdução

As políticas de ação afirmativa são iniciativas públicas ou privadas que têm o objetivo de “oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação” (MUNANGA, 2001, p. 31). A implementação das ações afirmativas no Brasil é uma luta do Movimento Negro que reivindica igualdade racial nos diversos espaços e setores sociais, como universidades públicas, saúde, mercado de trabalho e mídia (GOMES, 2011). A política de cotas raciais no ensino superior é um exemplo de ação afirmativa voltada para a reserva de vagas para pessoas negras.

As cotas no ensino superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) foram garantidas pela lei federal nº 12.711/2012, que dispõe a reserva de 50% das vagas para alunas/os provenientes de escolas públicas. Dessas vagas reservadas, 50% devem ser reservadas para estudantes com renda familiar menor que 1,5 salário mínimo por pessoa e os outros 50% de cotas são para estudantes que tenham renda maior que 1,5 salário mínimo por pessoa. Cada instituição federal de ensino superior deve reservar vagas - nas duas modalidades de divisão por renda - para pessoas autodeclaradas/os pretas/os, pardas/os e indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a proporção de pessoas declaradas nessas categorias pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012).

Nesse trabalho considero mulheres negras as autodeclaradas negras e pardas segundo a divisão do IBGE. Raça, classe e gênero são marcadores de desigualdade, opressão e diferença e não é somente o sexo que determina “a natureza da identidade, do status e da circunstância de qualquer mulher, o grau em que ela será ou não dominada, o quanto ela terá ou não poder para dominar” (hooks, 2019, p. 63). Na verdade, Kilomba (2019) aponta a inseparabilidade entre raça e gênero e como os discursos não contemplam a realidade das mulheres negras:

Mulheres *negras* têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o *sujeito*

é o homem *negro*; um discurso genderizado no qual o *sujeito* é a mulher *branca*; e um discurso de classe no qual “raça” não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria. (KILOMBA, 2019, p. 97, grifo da autora)

Portanto, esse trabalho dá visibilidade às narrativas de mulheres negras como forma de combate a racismo, sexismo e classismo no ensino superior. Além disso, as histórias de resistência delas na academia têm muito a nos ensinar e contribuir para uma educação antirracista na universidade e para a elaboração de políticas públicas pensadas para mulheres negras.

Com o advento das cotas raciais, mulheres negras conseguiram acessar mais as universidades. Todavia, podemos falar em democratização do ensino superior? Será que as mulheres negras estão conseguindo permanecer na universidade e obter um diploma de graduação?

Os dados do IBGE nos mostram que permanecer no ensino superior tem sido um desafio para mulheres negras. No ano de 2019, a taxa ajustada de frequência líquida no ensino superior de mulheres negras entre 18 e 24 anos era de 22,3%, menor que a taxa de homens brancos (30,5%) e aproximadamente 50% menor que a taxa de mulheres brancas (40,9%) (IBGE, 2021). Contudo, se observamos os dados da população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, 10,4% de mulheres negras concluíram o ensino superior, percentagem menor que a de homens brancos (20,7%) e aproximadamente duas vezes menor que a de mulheres brancas (23,5%) (IBGE, 2018).

Essas considerações me fazem chegar à emergência do problema de pesquisa e ao objetivo desse trabalho. O escopo do trabalho em tela é analisar as estratégias de permanência acionadas por seis mulheres negras cotistas, moradoras da Baixada Fluminense, que estudaram em escolas públicas no ensino médio, cursaram pré-vestibular social e estavam cursando licenciatura em Química no IFRJ- *campus* Duque de Caxias no ano de 2019. Esse trabalho é um desdobramento do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) em Licenciatura em Química do IFRJ- *campus* Duque de Caxias, defendido no ano de 2019, revisto e com discussão ampliada no âmbito do mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ).

Para coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas em que as análises valeram-se da interseccionalidade como

sensibilidade analítica por conta do cruzamento dos marcadores de opressão, desigualdade e diferença- raça, classe, gênero e território. Akotirene (2019) aponta para a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Como é um trabalho sobre relações raciais que utiliza a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica, é importante apresentar minha localização social e o pertencimento racial. hooks (2019) propõe uma ética de nossas ações ao pesquisar grupos aos quais não pertencemos, para evitarmos reforçar a dominação dos grupos subalternizados com o nosso trabalho. Toda/o pesquisadora/o possui uma perspectiva, um “ponto de vista e compartilha conhecimentos parciais e localizados” (HILL COLLINS, 2020, p. 431).

Por isso, é necessário localizar os marcadores sociais que atravessam meu corpo e são pertinentes a essa pesquisa: sou uma mulher branca crítica da branquitude, ex-aluna cotista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, formada em Licenciatura em Química pelo IFRJ-campus Duque de Caxias e moradora da periferia do município do Rio de Janeiro. A localização desses marcadores permite identificar as similaridades que possuo com as entrevistadas: fui aluna cotista, fui estudante da mesma instituição na mesma época das entrevistas e sou moradora da periferia.

Contudo, considerando o pertencimento racial, esse é um estudo realizado com ciência da assimetria racial. Schucman *et al.*, (2012) afirmam que os estudos realizados com assimetria e simetria racial produzem recursos possíveis e necessários nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil, cada uma das perspectivas com suas contribuições singulares. Reconheço que meu trabalho tem uma perspectiva diferente daquela de uma mulher negra, entretanto, o estudo do racismo e das relações raciais não deve ser responsabilidade só de pessoas negras. A luta antirracista é uma luta de todas/os para dismantelar o racismo.

Metodologia

A metodologia adotada nesse trabalho tem um cunho qualitativo, com aporte teórico, sobretudo, de autoras/es negras/os como uma forma de enfrentamento e combate ao epistemicídio na academia.

Sueli Carneiro (2005) em sua tese de doutorado intitulada *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* define epistemicídio:

(...) o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

A definição de Sueli Carneiro mostra que o epistemicídio vai além da desqualificação do conhecimento produzido por povos subalternizados: desqualificam-se as pessoas dominadas individualmente e coletivamente o que impede que seus conhecimentos sejam legitimados. Kilomba (2019) afirma que a academia é um lugar de pessoas brancas, uma vez que as pessoas negras não tem voz nesses espaços e são “descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Como forma de não propagar essa desqualificação das pessoas negras na academia, esse trabalho utiliza a epistemologia feminista negra, dando visibilidade aos trabalhos de mulheres negras.

As análises valeram-se da interseccionalidade - ferramenta teórico- metodológica cunhada pelo feminismo negro para reconhecer que as mulheres negras estão “mais vezes posicionadas em avenidas identitárias” em que raça, classe, gênero e outros marcadores sociais se cruzam e sobrepõem (AKOTIRENE, 2019, p. 63). Akotirene (2019) afirma ainda que a “interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instancias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (AKOTIRENE,

2019, p. 62). Para as análises desse trabalho são considerados como marcadores de desigualdade, diferença e opressão: raça, classe, gênero e território.

Como instrumento de coleta de dados foram feitas seis entrevistas semiestruturadas com mulheres negras cotistas a respeito de suas trajetórias escolares, sobre o pré-vestibular social em que estudaram, qual era a primeira opção de curso, participação em projetos, sugestões de mudanças no IFRJ- *campus* Duque de Caxias, se cursaria faculdade em outro lugar do estado do Rio de Janeiro ou em outro estado do Brasil, o impacto do IFRJ- *campus* Duque de Caxias na vida delas etc.

As entrevistadas receberam nomes fictícios - dados em momento posterior à defesa do TCC - inspirados em intelectuais negras brasileiras: Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Luiza Bairros, Nilma Lino Gomes, Beatriz Nascimento e Conceição Evaristo. Doravante, no texto, quando me referir a essas mulheres, utilizarei apenas o primeiro nome delas. As informações sobre as entrevistadas quando ao sexo, etnia, município de residência, período de ingresso e período estimado para conclusão são apresentadas no Quadro 1. Todas as mulheres participantes da pesquisa no ano de 2019 estavam na faixa etária de 19 a 25 anos. Cabe ressaltar que o período estimado para conclusão foi informado no primeiro semestre de 2019, época em que aconteceram as entrevistas.

Na apresentação desse trabalho no X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero (X CINABEH) na sessão temática 08 a mediadora do debate, a pesquisadora Megg Rayara, me indagou se eu problematizava a categoria mulher em meu trabalho. Portanto, a partir desse questionamento e convite à reflexão, reconheço que é necessário indicar a identidade de gênero dessas mulheres: todas são mulheres cisgêneras.

Quadro 1- Descrição das entrevistadas quanto a sexo, etnia, município de residência, período de ingresso e período estimado para conclusão (na época da entrevista, em 2019).

Nome da entrevistada	Sexo	Etnia	Município em que reside	Período de ingresso	Período estimado para conclusão
Lélia	Feminino	Negra	Magé	2015.2	2019.2
Djamila	Feminino	Negra	Duque de Caxias	2016.2	2020.2

Luiza	Feminino	Parda	Duque de Caxias	2015.2	2020.1
Nilma	Feminino	Parda	Duque de Caxias	2014.2	2020.2
Conceição	Feminino	Parda	Itaguaí	2018.2	2022.2
Beatriz	Feminino	Parda	São João de Meriti	2016.1	2020.1

Resultados e discussão

No decorrer das entrevistas, algumas estratégias de permanência acionadas pelas entrevistadas puderam ser identificadas nas narrativas delas, mesmo que não houvesse nenhuma pergunta direta sobre isso no roteiro prévio. Ressalto que minha pesquisa mostrou ausência de mulheres negras dissidentes da norma cisgênera na universidade. Reconheço que essas mulheres enfrentam dificuldades a mais que as mulheres negras cisgêneras e, por isso, é importante investigar o acesso e permanência delas na universidade em trabalhos futuros.

O decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010) dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que amplia as condições de permanência de estudantes no ensino superior. No IFRJ esse auxílio é denominado Programa de Auxílio Permanência (PAE) e concede quatro tipos de auxílios diferentes: transporte, moradia, didático e alimentação. Esses auxílios devem ser solicitados pela/o estudante cotista a cada semestre e nem sempre as/os estudantes recebem o que foi solicitado, uma vez que o PAE depende da verba destinada à instituição anualmente. A entrevistada Conceição expõe suas opiniões sobre a relação entre os recursos disponibilizados para alunas/os e a desistência no decorrer da graduação:

Eu acho que a instituição em si deveria dar mais recurso para os alunos porque a gente tem essa dificuldade porque o governo faz essa coisa de não trabalhar, melhorar a instituição para os alunos, em questão da bolsa, em questão da estrutura, que poderia melhorar muito mais. A desistência das pessoas deveria trabalhar isso porque eu acho que são questões muito mais externas que internas. Dificuldade de vim, trabalho, a gente é pobre vai ficar quatro anos na faculdade? E as bolsas não conseguem suprir nossas necessidades. (CONCEIÇÃO)

O auxílio ainda não é uma política pública suficientemente eficaz porque a cada semestre o valor recebido pode mudar; estudantes não sabem se serão contempladas/os com todos os auxílios solicitados.

A questão da proximidade do IFRJ à residência foi levantada com frequência pelas participantes da pesquisa. O território em que o Instituto está inserido - Baixada Fluminense, Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro - carece de universidades públicas. Gonzalez (2020) afirma que desde a época da colonização há uma divisão racial do espaço físico em área de dominados e área de dominantes. O território da Baixada Fluminense é uma área de dominados. O acesso a essa região é dificultado por diversas razões: há escassez de transporte público, os horários dos ônibus e trens possuem intervalos irregulares, as passagens são caras e a distância é grande. A entrevistada Nilma é direta quando perguntada sobre a importância do IFRJ ser localizado na Baixada Fluminense: “pelo *campus* ser próximo, aqui em Caxias, é algo que me ajudou a continuar porque se fosse longe eu já teria largado”.

Essas dificuldades citadas podem ser fatores para que muitas mulheres negras moradoras da Baixada Fluminense não consigam acessar o ensino superior e quando acessam, não conseguem permanecer, como ocorreu com a entrevistada Conceição em outra instituição. Ela passou para a Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada em Niterói, município do estado do Rio de Janeiro, fez a matrícula, mas teve que sair por causa da distância.

A participação em projetos de pesquisa e programas como Residência Pedagógica e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) foi um fator elencado pelas mulheres não só no auxílio na permanência, mas como incentivo a ser professora. Duas entrevistadas - Beatriz e Nilma - destacaram a importância do programa Residência Pedagógica que promove a imersão de licenciandas/os que podem cursar metade da graduação com atividades em uma escola de educação básica. De acordo com a entrevistada Nilma, depois que entrou para a residência pedagógica, ela teve um incentivo maior para continuar na graduação.

Todas as entrevistadas relataram a influência positiva da família no incentivo a fazer um curso superior. A entrevistada Djamilia apontou como a mãe a incentivou também a permanecer no curso superior:

(...) minha mãe ela sempre incentivou a mim e minha irmã a estudar: “quer trabalhar, tudo bem, mas estuda”. Claro que normalmente você tem mais aquela visão da ascensão social, financeira, mas ela sempre se admirou muito com o fato de eu e minha irmã gostarmos muito de estudar, e até de certa forma mais eu, então não me influenciou a escolher, mas esse incentivo contribui para eu querer estar no ensino superior e permanecer. (DJAMILA, grifo nosso)

Essa mesma participante da pesquisa discorreu sobre a importância de encontrar no Instituto pessoas negras e com condições financeiras similares à dela:

(...) só de eu chegar aqui, não querendo, enfim, repetir muito, os discursos, mas só de chegar aqui e não vê tipo, a maioria das pessoas só branca, a maioria das pessoas só com condição totalmente diferente da minha, eu acho que já me faz sentir muito mais incluída. (DJAMILA, grifo nosso)

Como exposto pela entrevistada, o pertencimento racial e a presença de outras pessoas negras e com condições financeiras similares é importante para que ela se sentisse incluída na universidade. Gomes (2011) afirma o quanto as ações afirmativas são importantes na identificação das pessoas negras com a negritude:

(...) as ações afirmativas reeducam os negros, as negras e a sociedade brasileira na sua relação com o corpo. Ao se posicionar politicamente favorável a essa política ou ao participar de um processo de seleção baseado no critério de cotas raciais ou ao se identificar como negro no Brasil, o sujeito participa de um processo de mudança de lógica corporal. Uma mudança corpórea é visível na vida e na postura de vários estudantes negros cotistas e oriundos de outras modalidades de ações afirmativas nas universidades públicas. Eles passam a valorizar a corporeidade negra por meio de uma postura mais confiante e afirmativa no universo acadêmico e vários deles passam a adotar símbolos étnicos (penteados, cores, roupas, adornos, símbolos) e a frequentar espaços políticos, culturais e recreativos com maior incidência da população negra. (GOMES, 2011, p. 150)

As cotas raciais auxiliam no acesso ao ensino superior, contudo a presença de pessoas negras na universidade - estudantes e docentes - é um fator que pode permitir que muitas mulheres negras consigam permanecer no nível superior. Além disso, como discorre Gomes (2011), essas mulheres negras podem afirmar suas identidades, que lhes foram negadas em decorrência do racismo, incluindo o racismo presente na universidade. Gomes (2003) aponta o quanto é difícil a construção de uma identidade negra positiva em um país em que as pessoas negras são ensinadas desde cedo que para serem aceitas devem negar-se a si mesmas. Por isso a importância de uma educação antirracista nas universidades para dirimir o racismo institucional e o epistemicídio.

Algumas estratégias acionadas pelas entrevistadas têm relação com o próprio IFRJ-*campus* Duque de Caxias. A participante da pesquisa Djamilia aponta que a proximidade entre professor/a-aluna no Instituto é um fator que ajudou em sua permanência. Outro ponto levantado pela maioria das entrevistadas foram as aulas do IFRJ, sobretudo as disciplinas pedagógicas:

Acho que foi mais as aulas aqui, a aprendizagem que a gente teve, os professores, o conteúdo passado em sala de aula, a gente tem outra formação não aquele conteúdo alienado como se o professor não fizesse parte, como se não pudesse transformar nossas vidas com aquela aula. Foi mais a faculdade mesmo. (CONCEIÇÃO)

O fato de ter disciplinas pedagógicas desde o primeiro período do curso e a inserção de licenciandas/os em sala de aula desde os primeiros períodos também foram fatores elencados que são vistos como estratégias de permanência e como incentivo a ser professora. A entrevistada Beatriz externa o quanto o curso a conquistou: “Eu entrei na licenciatura com o intuito de mudar de curso, mas aí a licenciatura me ganhou e eu me apaixonei”.

O curso de Licenciatura em Química no IFRJ- *campus* Duque de Caxias possibilita desde o início que como futuras/os professoras/es entendamos o nosso papel social. Destaco um excerto da entrevista da participante Beatriz em que fala o quanto foi importante que no primeiro período ela tenha ido a uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) para realizar uma atividade

obrigatória de uma disciplina com os adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas:

(...) a gente fez uma atividade lá e eu fiquei com o tema de reciclagem e aí teve um menino que falou: “nossa, se eu soubesse que reciclagem dava renda eu não teria roubado”. E aquilo ali ficou muito na minha cabeça e a gente vê que com o ensino a gente consegue mudar alguns futuros. (BEATRIZ)

Compreender as estratégias elaboradas pelas mulheres negras para permanecer no IFRJ-*campus* Duque de Caxias é importante para se pensar políticas públicas em uma perspectiva interseccional, pois raça, classe, gênero e território se entrecruzam na vida das mulheres negras e faz com que elas não consigam permanecer no ensino superior.

Considerações finais

A política de cotas raciais no acesso ao ensino superior proporcionou o acesso de mulheres negras ao ensino superior. Todavia ainda não podemos falar em democratização desse nível de ensino, visto que as mulheres negras enfrentam desafios para conseguir permanecer na graduação.

A pesquisa feita no IFRJ - *campus* Duque de Caxias com seis mulheres negras moradoras da Baixada Fluminense, todas cotistas, aponta algumas estratégias de permanência elaboradas por essas mulheres: proximidade do Instituto à residência, recebimento de bolsa/auxílio institucional (PAE), participação em projetos, relação próxima professor/a - aluna, as aulas em si - sobretudo as de ciências humanas -, pertencimento racial, disciplinas no início do curso que promoveram o contato de estudantes com a sala de aula, incentivo da família e o próprio IFRJ- *campus* Duque de Caxias pela sua proposta de curso.

É importante ressaltar que políticas eficazes de permanência no ensino superior com uma perspectiva interseccional, ou seja, que considere os cruzamentos dos marcadores de desigualdade, opressão e diferença na vida das mulheres negras periféricas, devem ser elaboradas para que essas mulheres alcancem o sucesso acadêmico.

Ademais, pensar em uma educação antirracista na universidade também é uma forma de garantir a permanência de mulheres negras, pois na maior parte dos cursos de graduação as mulheres negras não

consistem as referências bibliográficas das disciplinas e não há a representatividade de mulheres negras como docentes.

Como denuncia Kilomba (2019, p. 51): “(...) a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a”. Portanto, como pesquisadoras/es temos que nos engajar na luta antirracista para que as universidades não continuem sendo espaços de violência para as pessoas negras e para que se tenha uma sociedade igualitária em que o conhecimento produzido por todas/os seja validado.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* (Coleção Feminismos Plurais - Coord. Djamila Ribeiro). 2ª ed. Belo Horizonte: Pólen Livros, 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de Ago. 2012.

BRASIL. *Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de assistência Estudantil- PNAES. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 de jul. 2010.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 p. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política e sociedade*, n. 18, v. 10, p. 133-154, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, n. 29, v. 1, p. 167-182, 2003.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HILL COLLINS, Patricia. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro, 2021.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e Cultura*, n. 2, v.4, p. 31-43, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer; COSTA, Eliane Silvia ; CARDOSO, Lourenço. Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. *Revista da ABPN*, Goiânia, v. 4, n. 8, p. 15-29, jul./out. 2012.